

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.167.983 - PR (2017/0226690-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN E OUTRO(S) - PR037007
ANA CAROLINA DOS REIS WOSCH - PR060280
AGRAVADO : MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : RONI PETER ZANGARI - PR043823
HELDER PELOSO - PR058207

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO REVISIONAL. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. CDC. INAPLICABILIDADE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TABELA PRICE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA (MARCOS) ajuizou ação revisional contra CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL (PREVI), alegando abusividades em contrato de financiamento imobiliário no que se refere à capitalização de juros, incidência de comissão de permanência com juros de mora e multa moratória superior a 2%.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, admitindo a incidência de comissão de permanência não cumulada com juros remuneratórios, juros de mora e multa contratual (e-STJ, fls. 275/289).

O Tribunal de origem negou provimento à apelação interposta por PREVI e deu parcial provimento ao apelo manejado por MARCOS, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 444/445):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. 2. INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA. 3. POSSIBILIDADE DE REVISÃO CONTRATUAL PELA APLICAÇÃO DO CDC. 4. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. 5. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. EXIGIBILIDADE. ORIENTAÇÃO DO STJ DO RESP Nº 1058114/RS. 6. LIMITAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS. INVIABILIDADE. RECURSO DESPROVIDO DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO

BRASIL E CONHECIDO EM PARTE E PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO DO MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA. 1. O artigo 801 do NCPC (art. 616 CPC/73), afirma que no processo executivo a ausência de planilha constitui uma mera irregularidade que deve ser sanada com a determinação pelo juízo da emenda da inicial. 2. Não é necessária a produção de prova pericial para comprovar a prática de anatocismo, uma vez que o intuito da demanda é revisar cláusulas contratuais que eventualmente prevejam encargos ou cobranças de maneira indevida, passíveis de serem analisadas pelo contrato. 3. A Súmula 297 do STJ pacificou o entendimento de que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras quando o contratante é o destinatário final do serviço e, portanto enquadrado como consumidor. Diante de sua vulnerabilidade fática ou socioeconômica e à luz do art. 51, IV do CDC, é perfeitamente possível a revisão contratual, mitigando-se o princípio do 'pacta sunt servanda'. 4. É entendimento pacífico do STJ (REsp 973.827/RS) que a capitalização de juros com prazo inferior a anual é permitida nos contratos celebrados após 31.03.2000, data da publicação da MP nº 1.963-17/2000, atualmente em vigor como MP 2.170-01, desde que expressamente pactuada. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. 5. A Súmula 472 do STJ pacificou o entendimento de que a cobrança da comissão de permanência é admitida quando pactuada nos casos de inadimplência, apenas após o vencimento da dívida, desde que não cumulada com juros remuneratórios, juros moratórios, e multa contratual. 6. A taxa de juros pode ser livremente pactuada (inclusive em patamar superior a 12% ao ano), admitindo-se sua revisão somente em situações excepcionais quando ficar demonstrado que é evidentemente abusiva, consoante dispõe a Súmula nº 382, do STJ, verbis: "A estipulação de juros remuneratórios superior a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade".

Inconformada, PREVI interpôs recurso especial com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que (1) a utilização da Tabela *Price* não implica capitalização de juros; e (2) não incide o CDC em contrato celebrado entre participante e entidade de previdência privada de natureza fechada.

Não foram oferecidas contrarrazões (e-STJ, fls. 461/503).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a incidência das Súmulas nºs 83 e 211 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) e (2) Da incidência do CDC e da capitalização de juros

O acórdão recorrido entendeu aplicável o CDC, com fundamento na Súmula nº 297 do STJ que determina a incidência do normativo consumerista aos pactos firmados com instituições financeiras.

Todavia, não houve manifestação acerca do caráter fechado da entidade de previdência privada a afastar de modo específico a aplicação do CDC.

Do mesmo modo, PREVI defendeu que a aplicação da Tabela *Price* não implica capitalização de juros.

Porém, o Tribunal de origem reconheceu a existência de previsão contratual da capitalização de juros, sob fundamento diverso, ao reconhecer que a taxa de juros anual era superior ao duodécuplo da mensal, sequer mencionando a Tabela *Price*.

Assim, é forçoso reconhecer a ausência de prequestionamento das matérias alegadas, a inviabilizar o conhecimento do recurso especial nesses pontos, nos termos da Súmula nº 282 do STF.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

